

Fundamentos da clínica em Psicoterapia Institucional

Para bem entendermos o trabalho de fundamentar a Psicoterapia Institucional (PI), conforme desenvolvida por Oury, deve-se ter em mente seu campo teórico complexo, que leva em conta tanto o sujeito quanto sua “imersão” no social incluindo aí, as instituições que eventualmente vier a transitar. Coerente com esta posição, afirma também que independente de ambiente ou contexto político, deve-se destacar, no que diz respeito à psicose, algo a ser definido. Segundo Campos Silva (2001, p.94), a originalidade de sua contribuição está em elaborar uma teoria e prática (práxis), que visa simultaneamente, investigar e intervir nos questionamentos (ou dinâmica) advindos no decorrer do tratamento institucional da psicose.

Por este motivo, com o objetivo de inventariar e compreender alguns de seus fundamentos técnico-teóricos será necessário abordar, sem esgotar, conceitos chaves dos quais Oury parte para articular sua prática clínica na instituição. Assim sendo, o ainda diretor da Clínica La Borde, na França, define o objetivo a Psicoterapia Institucional da seguinte forma:

3.1

Proposições básicas

Tomemos como nosso marco zero três proposições básicas. A primeira:

O objetivo da Psicoterapia Institucional é criar um Coletivo orientado de tal maneira que tudo possa ser empregado (terapias biológicas, analíticas, limpeza dos sistemas alienantes sócio-econômicos, etc.) para que um psicótico aceda a um campo onde ele possa se referenciar, delimitar seu corpo numa dialética entre partes e totalidade, participar do corpo ‘institucional’ pela mediação de “espaços transicionais”, os quais podem ser o artifício do coletivo sob o nome de técnicas de mediação, que podemos chamar de “objetos institucionais”, que são tanto ateliês, reuniões, lugares privilegiados, funções, etc., quanto à participação em sistemas concretos de gestão ou de organização. (Oury, 1976, apud Verztman, 1992, p. 28).

A segunda: a instituição “de Oury” se orienta pela noção psicanalítica de transferência e o conceito de Coletivo organiza o espaço terapêutico (Tenório 2001, p.69).

A terceira: segundo Vertzman, a Psicoterapia Institucional baseia-se em quatro "Axiomas Básicos": "- Liberdade de circulação. - Lugares estruturados concretos: ateliês, serviços (cozinha, administração, etc.). - Contratos facilmente revisáveis de entrada e saída. - Um acolhimento permanente dispondo de grades simbólicas e de mediações" (1992, p. 24).

Foi tentando elucidar estas proposições que este capítulo foi escrito. Iniciemos este trabalho.

3.2

Instituição e estabelecimento

Uma das muitas conseqüências passíveis de serem extraídas do apanhado histórico visto no primeiro capítulo é observar, entre outras coisas, o esforço dos vários pensadores mencionados, especialmente Pinel/ Esquirol, em pensar o que significa acolhimento. No caso da Psicoterapia Institucional, como este se dá, respeitando e tendo como objeto a singularidade de cada sujeito no interior de uma organização que se propõe coletiva. Como acolher, de forma viva e terapêutica, esta instituição na qual estão presentes funcionários, pacientes e quem mais vier? Para isso entra em cena o conceito de Coletivo para Oury.

O primeiro ponto a ser abordado, é a diferença entre coletivo e coletividade. O conceito de Oury - Coletivo, não se confunde nem com o estabelecimento, nem com a instituição; entendidas como formas de coletividade.

O estabelecimento seria o imóvel e tudo o que diz respeito às relações concretas da instituição com a cidade e o Estado (Moura, 2003).

Um equipamento de saúde mental na condição de estabelecimento é uma entidade criada para tentar dar conta de encomendas sociais. Assim sendo, pode percorrer dois caminhos; (1) uma espécie de relógio que sempre marca o que deve ser feito, quem deve fazer, e quando. Ou (2), um enquadre mínimo de ordem para que não se naufrague no caos de, por exemplo, não se saber, literalmente, para onde ir para pedir ajuda. Uma organização necessária, mas não suficiente. E que ao tentar tornar-se suficiente, desvia de seu sentido original de mediar sujeito e

sociedade (Moura 2003), transformando a proteção desta mediação em seu objetivo principal. E eliminando com isso a dicotomia, contradição, paradoxo, entre o organizado e o não organizado, o sujeito e a sociedade.

Já instituição é um conceito problemático, que varia de sentido dependendo da disciplina que dele trate. Podendo significar tanto formas sociais estabelecidas quanto processos por meio dos quais a sociedade se organiza (Moura 2003, p.32-33). Para Oury (1986), em linhas gerais seriam os processos em andamento dentro do estabelecimento, como: ateliês, psicoterapias, reuniões, assembléia, o clube, etc... A instituição é, pois, o vetor de uma função simbolizante que permite lutar contra o fechamento³⁴, “inclinação natural de toda coletividade”. Deleuze (*apud* Moura 2003) a definiu, entre outras coisas como “um sistema de meios indiretos e sociais para satisfazer uma tendência”. Proposição da qual podemos destacar a função de mediação entre indivíduo e sociedade. Outra colaboradora para o desenvolvimento dos conceitos de Oury, Michaud, parte desta definição de Deleuze para definir instituição como:

... uma estrutura elaborada pela coletividade tendendo a manter sua existência através do asseguramento do funcionamento de uma troca social de qualquer natureza que seja (Michaud, 1977, pág. 33 *apud* Moura, 2003, pág. 38).

Deste modo, uma instituição por sua função de desalienação e de mediação entre as pessoas e grupos/ pessoas e sociedade, constitui uma “tessitura institucional” (Moura 2003). Tornado “verdadeiras instituições”, processos, mecanismos, e lugares concretos, como, por exemplo, o Clube Terapêutico, o rodízio de tarefas, as reuniões e assembléias. Uma vez que, pelos laços criados e freqüência, possibilitem a constituição de *espaços de dizer*, onde possa haver uma emergência do desejo e se dêem efeitos de transferência. Michaud avança, apontando que tais instituições têm como função permitir o aparecimento de múltiplas transferências e, pela participação e circulação em seus diferentes espaços, dificultar o desenvolvimento do estado de inação que, como dissemos no capítulo 2, tende a sucumbir o psicótico que não se estabiliza com metáforas delirantes, identificações imaginárias, ou arremesso-à-mulher. Ao mesmo tempo em que abre caminho para a “tomada de responsabilidade” (Moura, 2003). Para a

³⁴ Noção a ser desenvolvida mais abaixo.

autora, a tarefa dos trabalhadores em saúde mental é: “... a criação de um sistema de instituições cuja flexibilidade é incomparavelmente superior à que existe na sociedade global” (op. Cit., p. 39). Seguindo seu raciocínio, trabalhar a instituição seria tentar impedir que esta sucumbisse à inércia, e que a leva a se estabelecer. Sendo sempre necessário que uma instituição tenha plasticidade suficiente para mudar seus enquadres à medida de novas demandas e/ ou novas configurações dos grupos. E no caso de não conseguir fazer estes movimentos, ser reinventada por meio de uma análise elaborada por todos que dela participam, todos. Tosquelles (1973) chama atenção que um serviço de saúde mental (para ele chamado de hospital), deve ser visto não como uma instituição, mas como uma pluralidade de instituições que devem ser articuladas, integradas, e reconhecidas em sua multiplicidade interdependente. E é aí que entra o Coletivo, mas este conceito, quem introduzirá será o próprio Oury:

... é importante distinguir estabelecimento e instituições. O coletivo não é nem um estabelecimento, nem uma instituição. Podemos nos referenciar (tomar como referência), concernindo o termo “instituição, a um livro editado em 1952: Vocação atual da sociologia, de Gurvitch. Na primeira parte, há uma análise que é uma elaboração de uma microsociologia, a coordenação das “etapas da existência social”..., mas aqui não se trata de “etapas.

A máquina abstrata, o Coletivo, será algo da ordem, chamado por Tosquelles de “polifonia” e das multireferências, da multidimensionalidade? Não, porque são apenas efeitos desta máquina abstrata. É o que Félix Guattari chama de “transversalidade”? Aqui também, só pode ser que um efeito. E os relatórios complementares de Dupréel, que damos grande importância? Não é que um efeito.³⁵ (Oury, La Borde).

³⁵ Então, existe um modelo, no sentido da teoria dos modelos? É um modelo no sentido elaborado por Alain Badiou: modelo logístico? Não, mas eu faço frequentemente referência a Alain Badiou a propósito de um artigo (no qual ele critica mais ou menos Althusser) sobre o materialismo dialético. Ele fala de um conjunto: O conjunto das instâncias. Eu havia falado várias vezes com o grupo de pedagogia. O conjunto das instâncias: com a instância dominante que distribui os lugares e as funções no conjunto. As instâncias não sendo que práticas sociais tomadas em um conjunto, por oposição a uma prática determinante, quase sempre econômica no materialismo dialético, e que é representada no conjunto, no nível, por exemplo, da dominante ou de um outro. É isso? Não, não é isso. É simplesmente um dos aspectos possíveis, e ainda assim, temos que desconfiar dos modelos.” “... Todos esses pontos são a precisar. (Parece que Oury se refere em seu comentário sobre Alain Badiou ao seu livro Deleuze: *The Clamor of Being*, Minnesota University Press, 1999. Após um período de maior aproximação com as idéias de Lacan e Althusser, entre 1960 e 1980, Badiou, mais recentemente vem dedicando cada vez mais seu interesse em matemática (Wikipedia).

3.3

O Coletivo é uma máquina para tratar a alienação

O Coletivo seria talvez uma máquina de tratar a alienação, todas as formas de alienação, tanto a alienação social, chosifiente (coisificada, tratada como coisa), produto da produção, quanto a alienação psicótica. É evidente que deve haver em algum lugar – se quisermos realmente instaurar algo eficaz ao nível da psicoterapia das psicóticas – uma máquina que possa tratar a alienação... (Oury 1986 pág. 24 e 26).

O Coletivo é, como Oury denomina em sua obra, um método, ou uma “máquina abstrata para tratar da alienação”, seja a social, seja a psicótica.

Aqui, para melhor entender o que esta frase significa, teremos que dividi-la em partes, encontrando em seus termos pontos para observação de seus significados. O que nos conduzirá por uma nova estrada. Com o objetivo de falarmos melhor sobre o Coletivo, deveremos mergulhar nas noções de alienação e separação para Lacan e por sequência Oury.

3.3.1

Alienação e separação

Antes, um esclarecimento: o termo máquina abstrata mencionado acima, será tratado a seguir com mais vagar, ainda que sem a pretensão de esgotar seus muitos significados.

O termo tratar, vem sendo desenvolvido até aqui, geralmente com uma conotação de inclusão em um contexto social no qual o sujeito psicótico possa se sentir participante em uma posição de troca (falarmos melhor sobre isso adiante). E não apenas agente passivo de cuidados. Aqui, optando por uma linguagem mais à moda de Oury, poderíamos dizer que uma das formas de tratamento oferecida pela psicoterapia institucional visa à apropriação de espaços de circulação. Isto vai se tornando possível na medida em que, por intermédio do coletivo (veremos como a seguir), vai aumentando progressivamente sua capacidade de discriminar, estabelecer uma distância maior entre si e o outro. Com esta definição em mente está pavimentada a estrada que nos permitirá compreender melhor o que vem a ser alienação para Oury, ferramenta teórica que aborda de uma dupla vertente teórica: psicanalítica (Freud e Lacan), pela entrada do sujeito na ordem da linguagem e da

problemática do sujeito. E outra marxista, pela entrada do sujeito na ordem social (Campos Silva 2001, p. 91).

Comecemos pelas observações de Lacan sobre o tema da alienação. Vamos a elas: Em Lacan (1979), a proposição de um Outro está intimamente ligada à discussão sobre as duas grandes operações de constituição do sujeito, tais como as podemos encontrar no seminário XI. Para dizê-las de modo sintético, são elas as operações de alienação e separação: em ambas trata-se de descrever o advento do sujeito enquanto duplo efeito de “falta” gerado pela sobreposição de dois campos distintos: o campo do ser e o campo do significante (em que propriamente encontramos a teoria lacaniana do grande Outro) (Fink, 1998, p. 92).

Com a noção de alienação, Lacan se propõe descrever o processo de formação do sujeito visado pela psicanálise, processo esse que coincide com a descrição da entrada da criança no mundo da linguagem. Para um infante, que ainda não “sabe” nada de si, a fome, por exemplo, não tem sentido determinado. Ela não tem correspondência com um tipo específico de alimento ou demanda intersubjetiva. Isso só vai acontecer à medida que a criança for sendo “atravessada” pela linguagem (Fink 1998, p. 93). Por exemplo, num primeiro “estádio”, o infante encontra, junto ao corpo daquele que lhe fala, o anteparo imaginário; a mediação da qual ela vai se constituir como um significante de sua própria unidade, de sua própria forma. Logo a seguir, entretanto, o significante dessa fome vai ser subsumido por Outro falante que, mais do que como um corpo especular, apresenta-se como um cardápio de significantes. Na mediação desse cardápio, o significante da fome adquirirá o status de finalidade, meta, e enfim, sujeito. De onde se segue, para Lacan, que o sujeito é sempre um efeito da linguagem, a alienação do infante na e pela linguagem. Nas palavras de Lacan (1979, p. 187), “(o) sujeito nasce no que, no campo do Outro, surge o significante. Mas, por este fato mesmo, isto – que antes não era nada senão sujeito por vir – se coagula em significante”. A linguagem, a sua vez, é para Lacan, a primeira forma de apresentação do que seja o Outro: esse lugar em que se situa “a cadeia significante que comanda tudo o que vai poder presentificar-se como sujeito” (1979, p. 193-4).

Isso não significa que o sujeito assim parido (assim falado ou, seria o caso de dizer, assim falido) corresponda ao ser da criança. Enquanto efeito da captura do infante pelo discurso, o sujeito não coincide com o próprio ser do infante. Este

resta separado, perdido, como aquilo que não pode ser significado pelo Outro. Razão pela qual, vai dizer Lacan,

... a relação do sujeito com seu próprio discurso sustenta-se, portanto, em um efeito singular: o sujeito só está ali presentificado ao preço de mostrar-se ausente em seu ser (Lacan, 1979, p. 178).

Alienado na e pela linguagem, o sujeito experimenta-se como sentido, como uma interrogação para a qual o Outro pode ter uma resposta. Mas, também, experimenta-se como radicalmente inessencial, porquanto as respostas não coincidem com seu ser (Fink 1998). De onde se segue que, sob a forma da alienação, urge um sujeito dividido, por um lado marcado por um significante (que vem do Outro e que, no Outro, sempre pode se renovar), mas também perdido, desprovido de ser, sujeito “falta-a-ser”. A bem da verdade “duas faltas aqui se recobrem”, diz Lacan no Seminário XI:

... uma é da alçada do defeito central em torno do qual gira a dialética do advento do sujeito a seu próprio ser em relação ao OUTRO – pelo fato de que o sujeito depende do significante e de que o significante está primeiro no campo do Outro. Esta falta vem retomar a outra, que é falta real, anterior, a situar no advento do vivo, quer dizer, na reprodução sexuada (Lacan 1979, p. 194-5).

Essa divisão abre a possibilidade para a segunda operação descrita por Lacan, a saber, a separação. Nela, não se trata mais de mostrar os efeitos da alienação (o sujeito e seu resto). Trata-se de fazer ver como o sujeito, não obstante persistir atrelado aos laços significantes estabelecidos no seio do grande Outro, ainda assim pode operar com esse Outro desde outro lugar, desde um lugar separado precisamente: o lugar da falta, o lugar da “falta-a-ser”. Para tal, o sujeito faz da sua falta um objeto (o objeto “pequeno a”), que assim é oferecido ao Outro como aquilo que o Outro não pode ter, desencadeando, nesse Outro, uma falta correlata. Dessa forma o sujeito não só faz de sua própria falta um objeto, quanto a reencontra no Outro, como aquilo que o Outro não pode ter. Eis aqui o desejo, que é esse comércio impossível, em que ofereço ao Outro a minha falta, para ter dele a sua falta. De onde se segue a consequência de que, agora, o Outro já não é mais o cardápio, o tesouro de significantes a partir do qual o sujeito emerge como “falta-a-ser” (Soler, 1977). O Outro é também ele um faltante.

Tal como o sujeito, também o Outro é barrado. Nas palavras de Colette

Soler:

...o Outro implicado na separação não é o Outro implicado na alienação. É um outro aspecto do Outro, não o Outro cheio de significantes, mas ao contrário, um Outro a que falta alguma coisa” (1977, p. 63).

Esse operar com a falta, que define o sujeito na separação, não significa que Lacan aposte em algum tipo de familiaridade negativa, às avessas, entre o sujeito e seu ser, ou entre o sujeito e o ser do outro semelhante.

Vejamos novamente como Bruce Fink (1998, p. 72, 73), pode nos ajudar a compreender ainda melhor o conceito de alienação: Com base no que vimos até aqui, e resumindo, Fink (1998) entende que a criança de certa forma escolheu a sujeição à linguagem, concordando em expressar suas necessidades através de um meio distorcido “ou da camisa de força da linguagem”, ou seja, normalmente a criança opta por se expressar por palavras.

Ainda seguindo Fink (1998), a segunda operação de Lacan, a separação, envolve o confronto do sujeito alienado com o Outro, dessa vez não como linguagem, mas como desejo.

A causa da presença física do sujeito no mundo foi um desejo por algo (prazer, vingança, satisfação, poder, imortalidade e assim por diante) por parte dos pais da criança. Um ou ambos desejaram algo, e a criança resulta desse desejo. As motivações para se ter filhos são freqüentemente muito complexas e sobre-determinadas, e os pais de uma criança podem muito bem discordar um do outro com relação aos seus motivos. Um ou ambos podem até nem ter desejado um filho, ou podem ter desejado apenas um filho de determinado sexo.

Se, então, a alienação consiste na causação do sujeito pelo desejo do Outro que precedeu seu nascimento, por algum desejo que não partiu do sujeito, a separação consiste na tentativa por parte do sujeito alienado de lidar com esse desejo do Outro na maneira como ele se manifesta no mundo do sujeito. Enquanto a criança tenta sondar o desejo do Outro materno, que está em constante mudança, desejo entendido essencialmente como desejo por algo mais - ela é forçada a aceitar o fato de que não é o único interesse da mãe. Na verdade, a mãe é, muitas vezes, levada a negligenciar os desejos da criança em alguns momentos, justamente porque sua atenção está voltada para outras fontes de interesse; às vezes a criança é obrigada a esperar pelo retorno da mãe, não

apenas por causa das exigências da realidade (ela tem que comprar comida e outras necessidades para a criança, sem falar na obtenção do dinheiro necessário para as compras), mas também pelos próprios desejos e prioridades da mãe que não envolvem a criança (Fink, 1998). O fracasso da criança em tentar complementar com perfeição a mãe leva à expulsão do sujeito da posição de desejar-ser e ao mesmo tempo fracassar-em-ser o único objeto do desejo do Outro.

Com estas noções lacanianas em mente, vamos observar como se operam em Oury.

3.3.2

Alienação para Oury

Recuperemos um pouco o que foi dito até aqui; Oury (1998), para quem somos todos "profundamente e onticamente alienados" distingue duas alienações, a alienação social e a alienação psicótica. Torrubia (*apud* Moura 2003), no prefácio do livro de Oury a *L' Alienation* (1992), aponta o fato desta dupla alienação, com duas lógicas diferentes, embora inter dependentes: por um lado temos, a partir de Freud e Lacan, "a entrada do sujeito na ordem da linguagem e da problemática do desejo" (conforme demonstrado acima), e por outro, a partir de Marx, "a entrada do sujeito na ordem social".

Demonstremos agora o conceito de alienação tal como formulado por Marx:

A alienação do trabalhador em seu produto não significa apenas que o trabalho dele se converte em objeto, assumindo uma existência externa, mas ainda que existe independentemente, fora dele mesmo, e a ele estranho, o que com ele se defronta como uma força autônoma. A vida que ele deu ao objeto volta-se contra ele como urna força estranha e hostil. (Marx, 1844, pp. 95-96)

Para Marx, o que distingue o homem do animal é sua atividade vital consciente. Uma vez submetido ao trabalho alienado, inverte essa relação, uma vez que por ser um autoconsciente, faz de si através de sua atividade, um meio para existir (Marx 1844, p. 96). Dito de outra forma, podemos

entender esta formulação marxista como, em linhas gerais, um processo que separa, alheia o homem da natureza e do produto de suas atividades, transformando-o em objeto passivo dos processos sociais, ficando a sua criatividade e a sua potência cerceadas. (Moura 2003, p. 54)

Oury, como dissemos, articula o conceito de alienação, em Marx, com as contribuições de Lacan, (o desejo do homem é o desejo do Outro), a partir dos conceitos de inconsciente e de Outro³⁶. Quanto à alienação de caráter ôntico, podemos entendê-la a partir do que já foi dito de Lacan. Ou seja, por sua própria condição, a criança que chega ao mundo, sem condições de sobrevivência por conta própria, entra em relação direta com um universo já organizado por meio da instância materna, ocupada por sua mãe, ou um outro qualquer. Ela encontra-se em total dependência deste outro, ou melhor, deste grande Outro, para falarmos nos termos de Lacan. É uma condição de vida ou morte que se instaura, na qual a criança tem como único suporte às iniciativas, o desejo deste Outro, passando, portanto, a desejar ser o seu desejo. Esta vivência é uma forma fundamental de alienação, no sentido em que ele depende totalmente de algo, de alguém que está fora dele (Oury, 1992). É mediante a discriminação entre si e o outro, em um processo de separação, que o humano vai aos poucos personificando-se, vai singularizando o próprio desejo, separação esta que jamais se estabelece definitivamente, havendo sempre um movimento entre o Eu e o Outro, entre a sociabilidade de interação e a sociabilidade sincrética (Moura 2003).

Há, no homem, portanto, uma forma primeira e profunda de alienação, na qual o desejo do homem é o desejo do Outro³⁷, posição paradoxal na qual, para sobreviver, a criança, num primeiro momento, deve se alienar ao desejo do Outro.

Submeter-se a esta situação inicial é, paradoxalmente, a única saída para uma posição de maior liberdade - a separação - a partir da qual o sujeito se subjetiva porque consegue se inscrever na ordem simbólica (Campos Silva 2001, p. 92).

Uma proposta de Oury para se abordar a alienação psicopatológica é

³⁶ Outro como lugar dos significantes, lugar da articulação, das concatenações onde se depositam as leis, os hábitos (Campos Silva 2001, p. 91).

³⁷ Dado o estado de dependência vital em que vem ao mundo, o homem, ao nascer, encontra-se diante de uma dimensão mortal na qual seu desejo, para que sobreviva, deve ser o desejo do Outro (Campos Silva 2001, p. 92)

que esta se daria em decorrência da dificuldade de o doente mental operar esta separação e de singularizar o próprio desejo ou, como ele o diz, "de aceder à perda da ilusão de crer que o outro, por mais prestigioso que ele seja, possa encarnar o grande Outro" (Oury 1992, p. 167).

Passemos então a utilizar o termo alienação, em dois sentidos básicos: O primeiro, um sentido que se refere a uma separação que se faz presente pela entrada do sujeito na ordem da linguagem e da problemática do desejo, como o diz Torrubia, ou, como o diz Oury, uma alienação de caráter ôntico.

O segundo sentido do termo alienação terá dois aspectos. Primeiramente o de caráter social, como foi descrito há pouco. Além disso, agregaremos a este segundo sentido o aspecto que se refere à separação operada pelo corpo social sobre o doente mental, em decorrência de sua diferença radical. (Moura 2003). Esta separação embora seja uma clivagem social, se assim o pudéssemos dizer, coloca o doente mental, ao mesmo tempo, como incapaz e não passível de ser responsabilizado, transformando-o em objeto passivo dos processos sociais ditos normais que serão operados no serviço de saúde mental.

A partir desta proposta, e no que podemos circunscrever ao nosso âmbito particular de reflexão, podemos observar que esse segundo sentido do termo alienação se faz claramente presente em um serviço de saúde mental. De um lado, a partir da divisão do trabalho, da divisão entre o trabalho intelectual e o manual, das relações do serviço com o Estado, etc. De outro, por meio dessa separação reforçada, auto protetora, entre o patológico e o normal, entre o doente mental e o pessoal de cuidados, estabelecendo-se, muitas vezes, para este último, a propriedade restritiva dos meios de tratamento (Moura, 2003).

Esta questão é fundamental para o tratamento, uma vez que o paciente, por ser um emergente incômodo de seu grupo original, já chega segregado. Ou como há pouco dissemos, alienado por este grupo, pela dificuldade de absorção ao mesmo, em decorrência de seus próprios aspectos psicopatológicos, ou de uma não-elaboração de sua própria loucura, quer seja pela ausência, nesse grupo, de, qualquer possibilidade (disponibilidade) de integração ou de troca. Para Oury, essa distinção é fundamental, pois embora a alienação social seja uma dimensão geral da existência de cada um, quer ele seja

"normal" ou louco, afirmar que a alienação psicótica é mera resultante da alienação social seria negar a especificidade do fenômeno psicótico, o que implica uma totalização que não leva em conta a passagem do universal ao singular (Campos Silva 2001, p. 93). Para podermos tratar, afirma Oury, tratar da alienação psicótica, é necessário levar em conta, simultaneamente, a alienação social.

É sempre bom insistir que a intervenção no meio se constitui em um trabalho que atinge de modo articulado a alienação dos que cuidam e dos que são cuidados. Afinal, já podemos entender o porque, para Oury o tratamento de psicóticos na instituição exige a um só tempo: a desalienação da instituição (alterando as condições e a organização do trabalho, procedendo a uma análise concreta da instituição e revendo as relações políticas e as trocas com a sociedade mais ampla) e a desalienação dos que tratam (que permita que esses, na tarefa de tratar, possam colocar em jogo seu desejo).

Seguindo o pensamento de Campos Silva (2001, p. 94), podemos perceber que esta análise concreta da instituição decorre da constante reedificação do trabalho, do constante questionamento sobre as ferramentas conceituais e do objetivo daquilo que se produz, uma teorização permanente, uma práxis portanto, que só é possível, tanto no materialismo dialético quanto na Psicanálise retrospectivamente.

Um dos modos de intervenção, no sentido de trabalhar as pressões alienantes no serviço, é aquilo que Tosquelles costumava chamar de constelação, cujo conceito Oury leva adiante e retoma em vários momentos de sua obra (Moura 2003). E que veremos mais abaixo.

3.3.3

Convivência e circulação máxima

Tudo parte da convivência, uma primeira estratégia anti-segregatória.

Os doentes que vinham para ali viviam conosco. Fazia-se uma espécie de grupo comum. Isso me parece muito importante, porque, quase por acaso, nos levantamos um dos obstáculos maiores da segregação. Pensem no problema da admissão. A admissão não tem nada ver com recepção, é freqüentemente uma anti-recepção. Em certos hospitais, a admissão se limita a registrar o nome, o *currículum vitae* do doente, depois despi-los e pô-los com uniformes: técnica de

despersonalização. Essa admissão não existia, pelo fato que de imediato nos estávamos em um grupo mais ou menos familiar. Só então se questionava os problemas tais quais: o que vamos fazer com 50 ou 100 doentes, enfermeiros e médicos? Lógico, temos que tratá-los, estamos aqui para isso. Eles não devem ficar muito tempo. Critérios bem ordinários. (Oury, La Borde)

Para que haja tratamento é preciso, convivência sem barreiras, em outros termos, circulação. E isto não é algo que é dado simplesmente pela diferença que existe quando se passa, por exemplo, de um ateliê para a cozinha. Trata-se de uma certa tonalidade, de um ambiente, de um certo estilo de aproximação, de encontro, de contato com os materiais com que se lida em cada lugar, da personalidade das pessoas que aí trabalham. E a partir dessa diversidade e dessa heterogeneidade que o doente pode escolher pessoas e lugares de acordo com o que lhe agrada, para o que é preciso que haja uma liberdade de circulação que lhe permita ir de um lugar para outro e que favoreça os encontros.

Para isso, Oury utiliza a noção de encontro tal como elaborada por Lacan:

Não há encontro a não ser que se coloque em questão qualquer coisa do Real. Sabemos bem que o esquizofrênico, o psicótico, vive no Real. Não é a realidade; o Real é qualquer coisa de bem mais espantoso; é paradoxalmente não passível de ser vivido. O Real é justamente o que se evita sempre, mas é qualquer coisa que está sempre lá, isso que reaparece sempre lá onde não se esperava. Ali, justamente onde o encontro, que é sempre da ordem do acaso, pode se manifestar. Se somos tomados a esse nível, estamos imersos na existência, e isso terá consequências na vida prática do esquizofrênico. Esse problema do encontro (...) exige, para poder se articular praticamente, o estabelecimento de uma rede de lugares bastante diferentes. (Oury, 1980, p. 286)

A necessidade do psicótico poder passar de um lugar a outro e de uma pessoa a outra também pode ser justificada teoricamente do ponto de vista psicanalítico. Segundo Campos Silva (2001 p. 105), a noção de passagem é extremamente importante, uma vez que nas instituições psiquiátricas, todo o dispositivo do hospital está voltado para tentar evitar que haja muitas passagens ao ato (suicídios, fugas, etc.). Contrapondo-se a esta posição, Oury afirma que é necessário organizar lugares onde as pessoas possam se encontrar, falar, dizer não importa o que, organizar cenas, cenas que são materializadas e sobre as quais

poderão se jogar os *acting-out*³⁸ que solicitarão interpretação³⁹.

Neste outro trecho, um dos pontos que podemos reter é a disponibilidade e sua importância imediata na condução do tratamento. O que de antemão situa a equipe em uma certa disponibilidade preliminar para o tratamento da psicose (parafraseando Lacan).

Mas o que quer dizer tratar? Era em 1953, antes da era dos neurolépticos. Nós nos questionávamos sobre esse problema, o que se pode fazer com essas pessoas além de fazer tratamentos (...) tais como a insulino-terapia, os eletros choques, etc.? É preciso deixá-los em paz, não incomodá-los. É sempre uma boa intenção. Mas se nos limitamos a dizer que não se deve incomodá-los, rapidamente eles nos incomodam. Porque quando um doente está delirando, ou esquizofrênico ou confuso ou melancólico (...) não se deve simplesmente dizer “não o incomodem”, se não ele passa ao drama e somos obrigados a interferir e se não pensarmos mais adiante, em alguns meses ou algumas semanas, retorna-se para as estruturas mais opressivas (para evitar que alguém se suicide, por exemplo).

Então, existe uma máxima que nos achamos que é: em um lugar onde se vive durante um tempo, é necessário criar uma possibilidade de circulação máxima. (...) É necessário então, insistir na necessidade de espaços de socialização. Sabe-se que existem hospitais ótimos, limpos, com lindos gramados, mas onde a circulação de pessoas é inexistente. Há bibliotecas, mas não é permitido entrar. É preciso então criar lugares onde se possa ir (Oury, La Borde).

Aqui, nos encontramos diante de outra referência importante e muito atual: medicar pode ser preciso, mas promover encontros também é. Do cuidado arquitetônico mencionado derivam reflexões sobre a circulação do paciente, mas não qualquer circulação, afinal, não é difícil ver pacientes “circulando em círculos” quando estão em uma instituição. Oury aponta para a construção de espaços de socialização, ou seja, começa a pensar na qualidade que um espaço de tratamento deve ter.

³⁸ Fazemos uma rápida distinção entre passagem ao ato e *acting-out*: Segundo Campos Silva (2001 p. 105) norteadas por Lacan, a passagem ao ato é qualquer coisa que se passa fora da cena, não há bastidores, não há nem mesmo espectadores; é qualquer coisa que não é exatamente feita para ser vista. O *acting-out* já é qualquer coisa bem mais organizada. É uma demonstração, é feita para ser vista. O *acting-out* se passa sobre uma cena, portanto num certo lugar.

³⁹ Cabe mencionar, ainda que não venhamos a nos deter sobre isso, que essa noção de passagem também é encontrada na elaboração da teoria dos quatro discursos de Lacan, a saber: universitário, histórico, do mestre e analítico. A passagem de um discurso a outro é o que permite o sentido (em oposição à significação) e privilegia a dialética das demandas, o que pode eventualmente favorecer o psicótico, que vive numa espécie de estase em que não consegue passar de um discurso a outro e que, por não estar referido a uma lei, por estar à deriva do simbólico, não consegue articular suas demandas (Campos Silva 2001, p. 105).

É esse o sentido da máxima da liberdade de circulação. Mas o que quer dizer isso? Existem estruturas básicas: cozinha, escritórios administrativos, farmácia, biblioteca, sala de espetáculo, etc. Se dizemos: “liberdade de circular”, vê-se então um muro de resistência. Eu pego sempre como um exemplo mais “caricatural” que é o que acontece na cozinha. Houve dramas, vários cozinheiros não resistiram. “Liberdade de circular, quer dizer que os pacientes podem ir á cozinha, cuidar da cozinha, falar com o cozinheiro. Quando o cozinheiro não está preparado, porque ele não participou dos estágios, que ele está ali para fazer simplesmente o trabalho de cozinheiro e que enviamos loucos para usar o espaço (...) ele vai gritar: “Eles vão mexer nos bicos de gás, ele vão derramar a sopa...” E a primeira tendência é criar barreiras. É normal criar barreiras, fechar a porta, por um guichê para passar os pratos e depois: “deixem-me em paz se não, não posso trabalhar”. (...) Ora o que é interessante é justamente nesse ambiente de livre circulação, a possibilidade de criar conflitos, não para aborrecer as pessoas, mas para dar vida, pois se não há conflitos não há vida.

Não se trata de agir de modo perverso, mas quando existe um conflito é importante aproveitar essa ocasião para tentar conversar para melhor ajustar as relações (Oury, La Borde).

3.3.4

Voltando ao Coletivo

De posse de nossos atuais argumentos, podemos ir mais longe. O Coletivo, como dito, é uma máquina abstrata para tratar da alienação, seja a social, seja a psíquica, não se confundindo com o estabelecimento nem com os grupos nem instituições. O Coletivo se orienta de tal modo que seja possível absorver a co-existência de uma variedade imensa de fatores, elementos e referenciais os mais díspares. Uma forma de lidar com toda a complexidade interna e externa em um serviço de saúde mental, e suas relações com familiares, Estado, cidade, enfim, questões relacionadas ao ambiente que o constitui e ao ambiente em que se encontra mergulhado. Além disso, ele deverá também poder permitir a utilização dos ferramentais tanto da psicanálise, quanto da análise política, da psiquiatria e da sociologia, possibilitando a adoção de terapêuticas de caráter biológico, analítico, de estratégias de desalienação, e assim por diante, sempre levando em conta a relatividade do predomínio de uma ou de outra abordagem. Mantendo neste perene exercício a perspectiva da singularidade de cada um. É importante que ele possa hospedar e garantir a heterogeneidade das pessoas e dos grupos que dele participam. É imprescindível que ele sustente a diversidade de espaços onde sejam possíveis os encontros e o livre dizer, para que o

paciente possa circular livremente e se re-delimitar em um processo dialético entre a parcialidade e a totalidade, destotalizando, dentro do possível, a sua própria condição e posição, tanto no próprio serviço quanto em sua vida. Ou seja, o Coletivo se pauta pela multireferencialidade.

Funcionando pela multireferencialidade, existe algo de incircunscritível entre os vários componentes dessas redes vivas e articuladas que se constituem naquilo que estamos chamando de Coletivo. É este caráter de incircunscritível que irá tecer as condições para que ora um, ora outro de seus componentes (por exemplo, uma oficina, uma prática psicoterapêutica, uma única pessoa ou uma reunião) se evidencie em um movimento de tipo pulsante, para logo depois se re-localizar no ritmo geral do Coletivo. Estas pulsações, contudo, não são necessariamente reles episódios isolados e sem significação. Elas tendem a ter uma repercussão cujos efeitos incidirão, de um modo ou de outro, no Coletivo. A sensibilidade para perceber ou antecipar esta repercussão irá depender em grande medida de atenção dos técnicos e de seus instrumentos. É neste contexto que uma das funções mais importantes do Coletivo, a sua função essencial, segundo Oury é a função diacrítica.

3.4

A função diacrítica e o corte

A lógica do Coletivo, nos diz Oury (1986, p. 10), não é uma lógica qualquer,

...mas uma lógica que respeita uma quase infinidade de fatores, para cada um. Esta quase infinidade de fatores deve ser tomada em consideração, mas as estruturas habituais não estão aptas a se encarregar dela. Oury (1986, p. 10).

Pois o diacrítico tem justamente por função ser algo que não sucumba ao corriqueiro, ao indiferente, e que possibilite a criação e a manutenção de processos que produzam a distintividade, procurando abranger o máximo desses fatores e de diferentes planos no cotidiano da vida do serviço (Moura 2003).

Cabe lembrar que Oury chama o Coletivo de máquina abstrata, em que a função diacrítica só pode funcionar a partir de seus componentes (as oficinas, reuniões, o Clube Terapêutico etc.). Um coletivo que produz a possibilidade de salvaguardar um certo grau de liberdade e iniciativa e, portanto, de contatos, mas, ao mesmo tempo, de acontecimentos. Produzimos acontecimentos. Até as menores coisas que sucedem na vida podem tornar-se um acontecimento para alguém que está em abandono, podendo então esse acontecimento, pela tradução que se fornece dele, ser utilizado pelo sujeito para adquirir uma singularidade eficaz. Eficaz no sentido de poder criar, dentro e através da rede institucional, trocas, encontros etc. Isso permite a cada um, havendo todos esses sistemas de redes transferências, aceder momentaneamente a uma re-emergência de si (Oury, 1996, p. 719).

O objetivo da psicoterapia institucional é criar um Coletivo orientado de tal maneira que tudo possa ser empregado (terapias biológicas, analíticas, desobstrução dos sistemas alienantes socioeconômicos etc.) para que o psicótico tenha acesso a um campo onde ele possa se referenciar, re-delimitar seu corpo numa dialética entre parte e totalidade (cf. G. Pankow), participar do corpo institucional pela mediação de “objetos transicionais”, os quais podem ser o artifício do Coletivo sob o nome de técnicas de mediações, que podemos chamar objetos institucionais. Esses “objetos institucionais” são tanto oficinas, reuniões, lugares privilegiados, funções etc., quanto a participação em sistemas concretos de gestão ou de organização (Oury 1980, p. 270).

Sendo as reuniões uma espécie de feixe de relações que se forma em torno de acontecimentos, de novas questões e/ou questões do dia-a-dia. Dependendo do motivo que as dispara, elas podem ser pontuais ou de funcionamento periódico, contanto que possam funcionar como um tipo de operador, agindo no contexto do Coletivo. Por esta razão elas não se esgotam em si mesmas; a sua existência e funcionamento devem ter sempre em consideração o conjunto maior no qual elas se realizam, ou seja; questões administrativas, questões clínicas, as inúmeras outras instituições, etc. Nesta perspectiva, a reunião é considerada uma instituição e, como tal, se constitui em objeto de investimento de todos quantos dela venham a participar, mantendo inevitavelmente com outras instituições uma relação de interdependência. Em segundo lugar, podemos apontar as reuniões que têm por função ser um meio de sustentação da vida cotidiana, visando a or-

ganização das atividades em geral, sejam elas, o acompanhamento medicamentoso, as oficinas, os serviços, a administração, as atividades de lazer etc. Por último, vale evidenciar as reuniões como lugar de trocas afetivas, que se voltam para os modos de relação entre todos os participantes da vida do equipamento.

Sobre as reuniões, podemos também relacionar a questão do espaço transicional, espaço potencial, termo que Oury toma emprestado a Winnicott para o conceber, à sua maneira, como um espaço "*que permite o funcionamento [...] de um ponto de simbiose-separação*" (Oury, 1992, p. 159). Espaço de encontro, das afinidades e diferenças, onde se pode discriminar o que é de si e o que não o é, onde pode funcionar um campo transicional:

...não como tela imaginária, mas em um nível - aquilo que Winnicott sublinha bem - um nível que não é nem fetichista, nem puramente imaginário, mas antes de "ficção", no sentido anglo-saxão do termo; a ficção ultrapassa o lado imaginário, é bem mais uma espécie de rede simbólica na qual nos inscrevemos, e que dá aquilo que chamamos o estilo de cada um (Oury, 1995, p. 261).

Aqui, segundo Moura (2003) pode funcionar, pelo fato de que não se constroem propriamente espaços transicionais, mas lugares-tenentes deles, como o diz Oury, que possam ser investidos à medida de cada um.

Mas o que é institucionalmente importante, é (...) uma elaboração de um lugar-tenente do objeto *a*. Não creio que Pankow fale explicitamente do objeto *a*⁴⁰. Esse problema parece estar mais diretamente em relação com o que fazemos institucionalmente (Oury, 1986, p. 92) ... Trata-se então da fabricação do corpo, do espaço e do lugar tenente do objeto *a* (Oury 1986, p. 94) ... O que está em questão é um processo de criatividade que ao mesmo tempo é um processo de reconstrução de si mesmo. Trata-se, no caso do esquizofrênico, de lutar contra o que aparece específico da psicose – uma estrutura fechada (Oury 1986. p. 95).

⁴⁰ O objeto *a*, objeto causa do desejo, é o que se manifesta, daquilo que é mais inconsciente que é o desejo. Nas estruturas dissociativas não há o objeto *a*. Falta a matriz do objeto *a* - o objeto transicional. Nesse sentido o psicótico está muito próximo do Real, pois no lugar do objeto *a* o que existe são pedaços do corpo. Entretanto, por necessidade, os psicóticos também têm ferramentas que chegam a fabricar em geral com pedaços do corpo, como uma espécie de *bricolage*. Mas essa *bricolage* não é sólida. O que está em jogo então, no tratamento do psicótico, é tentar fazer com que ele consiga, ao final de um certo tempo, poder recobrar alguma coisa, fabricar um pseudo-objeto *a* para poder viver de forma mais estabilizada. (Oury, 1986, p. 89)

E o que nos interessa, no caso dos psicóticos, é que nesse espaço algo da ordem do aleatório pode se manifestar, constituindo assim uma dimensão que não seja a do fechamento sobre si mesmo, mas do aberto. Mas lembremos que esse espaço, esse lugar, não é um lugar objetivo, não se trata de um espaço geométrico, topográfico, mas sim de um lugar onde algo se passa, é um lugar de emergência, de manifestação dos problemas fundamentais da psicose. É a emergência desse espaço que vai permitir que, eventualmente, possa ocorrer o ajuntamento do corpo que faz com que haja unicidade (Campos Silva 2001, p. 97). Mas é preciso retomar ainda a noção de que, ao nível do lugar, há o pático, o afetivo, e de que, portanto, aí se passa qualquer coisa. Não se trata simplesmente de um movimento, mas de qualquer coisa da ordem da distintividade (Cavalcanti. 1992, p. 216). Para que se passe alguma coisa é preciso que haja pontos distintos. Se tudo é parecido, nada se passa. Para que se passe alguma coisa, uma espécie de vetorização, apontamento, direção, é necessário (Oury, 1986, p. 84). Essa passagem tem qualquer coisa a ver com o sentido. O sentido é a passagem de um discurso a outro, essa passagem é o que nos permite existir, nos distanciar de uma coisa impossível, daquilo que Lacan denomina o Real (Campos Silva 2001, p. 98).

É entendendo como condição de possibilidade para haver sentido, haver passagem, que o Coletivo deve operar através duas funções principais: a diacrítica⁴¹ e a decisória.

A diacrítica coloca em funcionamento algo que, em um meio sem contorno, inerte, e muito misturado (como a esquizofrenia, ou a organização manicomial), possibilite algum tipo de distinção, de diferenciação.

Entendemos que com a forclusão, um psicótico erra (no sentido de uma errância), por cadeias significantes, pelo simbólico, pelas palavras, sem um ponto organizador, uma lei, uma articulação entre pontos ou frases. Definição de Oury para alienação. Muitas vezes procurando este ponto de articulação nas palavras de outros, em atividades repetidas, idiosincrasias, coleções, e tantas outras coisas tão diversas quanto as próprias palavras que os atravessam. Tornando para o sujeito o sujeito a tarefa de discriminar os eventos a sua volta, encontrar um lugar, muito difícil de ser feita com recursos próprios.

⁴¹ Diacrítico em fonética é aquilo que permite distinguir palavras homônimas (os acentos gráficos), e em medicina corresponde aos sinais e sintomas que possibilitam a distinção entre as doenças. Portanto, como explicitado por Cavalcanti (1992), é a noção de distinção que importa.

A instituição, através da função diacrítica, deve encontrar meios de possibilitar esta “análise”, e para bem desempenhar esta função, e também deve “analisar” seu próprio cotidiano, suas ações, resistência e temores. A esse respeito, nos esclarecerá Oury:

...é uma função que permite distinguir diferentes coisas, separar os planos, os registros. No final das contas é uma função de análise estrutural. E isso se apresenta de uma maneira prática, a partir de acontecimentos que se passam num estabelecimento. Um estabelecimento aqui pode ser entendido tanto como um hospital, como o setor, ou um estabelecimento escolar. Aí se passam acontecimentos que podem ter uma certa importância, acontecimentos que devem ser interpretados (Oury, 1986, p. 75).

(...)

Em outros termos, o que está em questão, é um outro aspecto dessa espécie de máquina abstrata que eu chamo o Coletivo, uma outra função que a função diacrítica que não pode funcionar que a partir de uma função de decisão. Nesse caso também é bem clássico: Em todos os trabalhos que vocês queiram, estudamos a função de decisão. Faz muito tempo que dizemos... “Quem decide?”, “Decidir o que?”. A decisão de considerar um acontecimento que não venha de si próprio, já é o exercício de uma função diacrítica que permite separar esse acontecimento de uma espécie de monotonia cotidiana. Podemos ver aqui que nessa função de decisão existe algo a ver com uma função de corte (Oury 1986, p. 51).

Aproveitando da deixa de Oury, falemos um pouco da função de corte e interpretação, com fins de melhor entender seu significado. Retomemos Lacan:

O sujeito para Lacan (1998 e 2004), não deve ser tomado, como o ser ou como substância: a formulação de Lacan explicita que sua emergência se engendra, ao contrário, como efeito de uma operação, operação essa que se engendra no seio de uma estruturação, cujos elementos se definiriam, grosso modo, como sujeito, fala e Outro. Neste contexto, a definição de sujeito que podemos deduzir, ainda que provisoriamente, configura-se como aquele que endereça sua fala ao Outro, de quem recebe de volta sua história e, neste mesmo passo, assume-a. O sujeito, portanto, não se põe em jogo senão pelo endereçamento; e seu advento não pode ser senão pontual, em oposição à perenidade – mesmo que metamórfica – do ser. Esta consequência da postulação de Lacan destaca-se como absolutamente fundamental, visto que já apresenta em toda sua radicalidade o fundamento do conceito e da problemática do sujeito em psicanálise. Este não se caracteriza aí pela perenidade, pela estabilidade, pela continuidade, ou pela duração: sua emergência se engendra, ao contrário, no corte,

na descontinuidade, na irrupção. Começa a destacar-se, pois, a fundação radicalmente ética do sujeito; pois este só pode tomar lugar na medida em que, no ato de enunciação, realiza um endereçamento. A função da fala em psicanálise, pois, não consistirá na mera ação de falar, na expressão das idéias, dos sentimentos, nem em veículo do pensamento, tampouco na atualização de um código ou sistema de signos, e sim em constituir-se como meio de um endereçamento que o sujeito dirige ao Outro (Lacan, 1998 e 2004 e Miller 2005. p. 12).

O que Lacan denomina "função de corte", é entendida por Oury como esse manejo que aborda a articulação do sujeito ao significante. (Campos Silva 2001, p. 106). O corte introduz uma escansão temporal e um efeito de espera que abre a cadeia do discurso para aquilo que só pode se manifestar numa interrupção inesperada e efêmera: o inconsciente (Oury, 1976, p.146).

Uma vez de posse de algum esclarecimento sobre a função de corte, podemos passar a visualizar porque na compreensão de Oury, a alienação psicótica precisa de um corte, e porque este pode oferecer efeitos benéficos. Retomemos seu discurso:

... Tudo isso é da ordem de uma necessidade analítica (...). Trata-se de demarcar um acontecimento, afim que esse acontecimento seja, não pego pelo fluxo da vida cotidiana, mas sim explorado (no sentido de interpretação) dentro da dimensão de um processo analítico de um conjunto de grupos. Isto põe em questão, diacriticamente, a prevalência de um certo registro: o do simbólico. Ora, a resistência à esta função diacrítica, é fazer (...) fazê-la escorregar dentro do imaginário, de l'enfourner (pôr dentro do forno, deixar refogar) dentro do imaginário. É o que eu chamei ainda agora de imaginarização daquilo que pode aparecer como sendo da ordem do característico. Seguindo esta dimensão, pode-se dizer que vemos florescer, em todos esses estabelecimentos (psiquiátricos, pedagógicos, etc) alguma coisa que está em relação direta com a imaginarização desta dimensão simbólica (Oury, 1986. p. 55).

Cabe esclarecer, que para Oury, interpretar não significa interpretação de alguma coisa, como se o material já estivesse lá, antes mesmo de entrarmos em contato com ele. O que, em conformidade com o que falamos (capítulo 2) sobre a inexistência de uma materialidade para o sujeito da psicanálise, pode nos levar a uma espécie de coisificação daquilo que se interpreta. O risco nesse tipo de atitude é de o de se deslizar para um consenso ou um hábito que pode acabar levando a uma massificação, pois a interpretação está ligada a uma outra função,

talvez a mais importante de todas, que é a função de decisão: entendendo a interpretação como uma forma de decisão (Campos Silva 2001, p. 107).

A decisão de considerar um acontecimento como importante, já é um exercício de uma função diacrítica que permite destacar esse acontecimento de uma espécie de monotonia cotidiana. Vê-se bem que essa função de decisão tem qualquer coisa a ver com uma função de corte (Oury, 1986, p. 77).

O que podemos reter com estas noções que vão do Coletivo à função diacrítica, passando pelo corte e pela interpretação? De forma rápida e resumida, poderíamos dizer que com a função diacrítica o simbólico assume sua função, que é a de corte. Possibilitando que o sujeito possa, novamente em linhas gerais, confeccionar um recurso que lhe permita distinguir melhor o si mesmo e o outro. E assim, possa encontrar/inventar, um lugar onde possa existir. Por isso, falemos deste lugar.

3.5

Do Lugar, do espaço e do clube

É na dimensão Lugar, que potencialmente se sustentará aquilo que o psicótico, por definição, não têm. Já que, está em permanente cavalcada por lugar nenhum, em errância, sem amarrações no campo simbólico. Mas falamos da emergência de que? E como a instituição pode lidar com esta errância? Oury propõe uma fórmula: $L (\text{lugar}) = f (\text{coletivo}) \times f (\text{clube})$:

...em outros termos, o que esta em questão é esse processo, não de tradução, mas de passagem de uma coisa à outra que aparece como algo de empírico. Por exemplo, anuncia-se esta constatação empírica: Num hospital, no setor ou num estabelecimento, devemos definir aquilo que nos parece um elemento essencial no trabalho: “um lugar”. Um “lugar”, para que alguma coisa possa se manifestar. O que eu havia chamado, ha algum tempo, um “espaço do dizer” em correlação com a transferência. Eu tinha proposto, em um artigo da enciclopédia, em 1971, uma fórmula “lembrete”. Eu propus que um lugar “L” é o produto de duas funções. Eu escrevi isso assim: $L = f (\text{coletivo}) \times f (\text{clube})$. Função Coletivo vezes função clube. Não é uma matemática complicada! É simplesmente uma constatação (Oury, La Borde).

A função Coletivo (ou função do Coletivo) tenta possibilitar a existência de vida, impedindo que esta seja sufocada pela estase, ou tramas repressivas.

O clube, por sua vez se apresenta como um lugar concreto, onde necessariamente possa haver sistemas de troca, relações e demandas, implantados na instituição de modo a permitir que as vicissitudes da vida, suas surpresas, seus Encontros, possam se dar. Fazem parte do clube os ateliês, as reuniões, as viagens e passeios, etc. Mas estas atividades não são o clube, ele não é concreto em sua sustentação, em sua função, é muito mais o que organiza a relação entre as diversas estruturas e o que acontece entre elas, permitindo, insistimos, que a vida se crie em uma dimensão multifacetada. Sua função, portanto, traz à baila todas as atividades, relações, trocas ou institucionalizações, em jogo na instituição.

Um exemplo aqui pode ajudar: Moura (2003, p. 103) nos mostra como criar um Clube Terapêutico é tarefa complexa que exige uma série de condições do ambiente hospitalar sem o quê sua existência correria risco de sofrer sérios obstáculos. São muitos os fatores a serem indicados, apontaremos apenas alguns: se a liberdade de circulação dos doentes está comprometida; se as relações entre os envolvidos são hierarquicamente rígidas e com pouca integração entre as equipes; se é baixo o desenvolvimento das atividades de formação, principalmente psicoterápica; se os grupos funcionam como rebanhos, dirigidos externa e artificialmente e se há uma separação muito forte entre as atividades intra e extra-hospitalares, a constituição de um Clube Terapêutico será embora não impossível, seriamente dificultada.

Com isso em mente, podemos resgatar, ainda que resumidamente, uma história contada por Oury e que se encontra em anexo e também é abordada por Moura (2003, p. 105): O início do Clube Terapêutico de Saint-Alban, na década de 1940, foi marcado por uma necessidade de promover a autonomia dos pacientes e criar oficinas que não tivessem somente como objetivo a distração ou simples tarefas ocupacionais. Percebeu-se que os doentes não tinham um lugar para onde pudessem se dirigir, para se encontrarem segundo a própria vontade, podendo criar relações de modo mais espontâneo e livre, e não precisando ficar passivamente nos quartos ou vagando pelo hospital, sem lugar para aportar. Decidiu-se então reservar uma sala comum, destinada especificamente para esta função, e criar para ela um estatuto, dentro dos princípios da flexibilidade e da estruturação como apontamos anteriormente, possibilitando também a criação de algumas atividades disponíveis aos que

delas quisessem participar. Ou seja, decidiu-se criar um ambiente do tipo clube, um lugar onde simplesmente se pudesse ir. Esta *instituição*, que mais tarde se transformou em um conjunto de instituições, passou a se chamar *Clube Paul Balvet*, em homenagem, sugerida por Tosquelles, ao Dr. Balvet, que teve um trabalho importante em Saint-Alban. Isto se deu em 1947. (Oury, La Borde)

Para Oury (1977, p. 60) Clube e terapêutica institucional estão absolutamente ligados, se articulando de forma muito viva com todo pessoal envolvido. O clube, diz Oury, “é o suporte da vida intra-hospitalar” (para melhor entendimento, ler os anexos).

Mais à frente em seu relato, Oury percebe que não é possível fazer esse sistema, sem ao mesmo tempo criar uma verdadeira sociedade interior, uma verdadeira sociedade composta essencialmente por doentes, uma sociedade que seria auto-administrada por eles.

Criar uma sociedade, uma sociedade de doentes no interior do hospital e que essa sociedade seja auto-administrada, que seja autônoma, não é fácil, porque não são os doentes que vão criá-la sozinhos, é preciso que venha de certo planejamento da equipe que esta ali, do médico. Mas se a criamos diretamente, reunindo um belo dia, um monte de doentes que queiram vir escutar dizendo: “Meus amigos, nos vamos criar uma sociedade, e são vocês que vão dirigi-la, vocês farão festas, oficinas, etc.” Se paramos por aí é melhor nem fazer nada, porque rapidamente isso criaria um clima extremamente depravado.

Criaria, de fato, um sistema de relações controladas para com o conjunto dos doentes do estilo do que chamamos relações paternalistas. Ora, sabe-se que é algo muito perigoso a relação paternalista, é a relação: “Vamos agradar o papai” ou algo bem próximo disso. O medico diretor, vai gostar se a gente se reunir, se tivermos um bar, que a gente faça festa toda noite e isso, e aquilo e se tivermos uma biblioteca, etc. É preciso então achar outra forma. Então o que parece ter sido encontrado de mais astucioso até agora, foi a criação no interior dos estabelecimentos do que foi em principio chamado de clube, o clube terapêutico. (Oury, anexo).

Retomando, e mergulhando na qualidade do espaço de trocas e passagens que o clube deve imprimir, já podemos perceber que não é de qualquer lugar que estamos falando. Este deve obedecer algumas características para poder se tornar verdadeiramente espaço de vida para os psicóticos, permitindo investimentos variáveis, com liberdade de circulação e heterogeneidade. Sem liberdade de circulação, não seria possível investir em diferentes espaços, coisas ou pessoas. E de que adiantaria passar de um espaço para outro se todos tivessem o mesmo

impacto subjetivo, a mesma cor, o mesmo som? Um lugar de vida, portanto, é a apropriação de um espaço que abrigue o tempo do psicótico, permitindo, a partir dele, que outros espaços possam surgir e ser habitado por seu cavaleiro.⁴²

Conforme apontamos através de Goffman (1987), e outros autores, a qualidade do meio influencia os indivíduos que nele estão mergulhados. Destacamos que alguns dos sintomas apresentados por pacientes institucionalizados, tais como agitação e cronificação, são, ou podem ser, conseqüências iatrogênicas do meio segregativo e pouco estimulante em que se encontram. A primeira coisa a ser feita, e vimos isso com Esquirol, é tratar o ambiente hospitalar, para que tenha, pelo menos potencialmente, um caráter terapêutico. A corrente de psicoterapia institucional francesa procurou fazê-lo. A questão que persiste, é (1) até que ponto um aparelho institucional bem constituído, apresentando uma teoria para psicose, pode tratar outra coisa que não só sintomas patoplásticos? (2) E que características este aparelho necessita ter para modificar alguma coisa além destes sintomas apresentados em decorrência do meio onde o paciente vive? (3) Se entendemos que a psicose é um acidente no simbólico, que características um serviço deve ter para tratá-la?

3.6

A terapêutica do dizer

Voltemos ao Coletivo. É fundamental que haja nesta “máquina abstrata”, uma estratégia analítica. Esta estratégia passa pela responsabilização de cada um, ou seja, por uma divisão de tarefas, e a criação de um “espaço do dizer”. Estes espaços, finalidade essencial do Coletivo, operam de modo que as estruturas institucionais venham a funcionar psicoterapeuticamente⁴³. Para isto entra em ação a

⁴² Gisela Pankow (1987, 1989 *apud* Cavalcanti 1992), nos diz que o acesso às estruturas psicóticas se faz pelo espaço e não pelo tempo. Esta autora afirma que não é possível nos depararmos com a história de um esquizofrênico sem delimitarmos um espaço onde essa história possa se passar. Aponta ainda, como mencionado por Oury, que este primeiro espaço, este primeiro lugar, é o corpo. Mas voltaremos a estas questões posteriormente. Por hora estamos situando a importância do lugar (do espaço) para psicóticos. E o fazemos para explorar as conseqüências de tal instância na abordagem institucional destes pacientes.

⁴³ O que se chama de coeficiente terapêutico, ou melhor, de coeficiente psicoterapêutico no sentido mais abrangente do termo, toma um sentido mais claro quando se pensa que a forma que daremos bom dia a tal paranóico pode modificar completamente o astral do dia. Se o monitor ou o cozinheiro ou a secretaria fala com o doente de forma normal, isso pode modificar profundamente

função diacrítica, ou seja, a análise, a discriminação de cada situação, e até certo ponto, interpretação, dos diversos acontecimentos institucionais. Mas como saber o que deve ser interpretado?

Oury divide o grupo de pessoas reunidas na instituição em dois grupos, os “isto importa” e os “tanto faz” (ou “pouco importa”). Para uma instituição funcionar terapeuticamente é fundamental um grupo “isto importa”. Este grupo, que nas palavras de Oury, nunca será a maioria, marca determinado acontecimento, havendo toda uma estratégia para se apontar em que momento e de que forma agir ou interpretar aquele acontecimento. O mais significativo é que, nas intervenções feitas por esse grupo, devem ser consideradas uma dimensão inconsciente, e, portanto um tempo próprio para o aparecimento dos efeitos desta intervenção, que muitas vezes, observa Oury, é posterior ao tempo da ação. A função deste grupo, diz Oury (1986) é tentar recolher o pouco de surpresa que resta nestes campos psiquiátricos. Manter a capacidade de se surpreender quando décadas já se passaram numa instituição psiquiátrica. Especialmente se lembramos que surpresa não é sinônimo de novidade, e por vezes, surpresas aparecem de onde menos esperamos, e por isso mesmo são surpresas. Os agentes do Coletivo, os “isso importa”, teriam então duas funções, denominadas por Oury de “varredores”, ou seja, desobstruir as avenidas onde há colamentos imaginários que sustentam a estase, e a de “fazedores de ponte”, pontes que são dispostas, entre os diversos grupos, entre as pessoas, entre as reuniões, etc. Vamos ao autor:

Aqueles que trabalham e que são os “que não vão levando”, próximos do Real, - o contrário d’aqueles que eu chamei ainda agora de “serventes” – poder-se-ia chamá-los de “operários do Coletivo”. A primeira função deles seria de “varredores”, com a finalidade de liberar as avenidas onde existem obstruções imaginárias, relações de favores de eu não sei quais interesses imaginários, o que conserva a inércia. Ao qual eu gostaria de acrescentar outra coisa, seria necessário que eu definisse melhor a próxima vez: aqueles que fazem pontes, aqueles que instalam passarelas de um grupo ao outro, de uma pessoa à outra, de uma reunião à outra, os “pontonniers” (agregadores). Precisa-se de varredores e de agregadores, no final das contas. E um operário do Coletivo é um varredor e um agregador que sentiu o Real que não estava muito longe (Oury, 1986. p. 190).

aquele se sente perseguido, que procura historia com todo mundo... É o cozinheiro justamente, que não é o medico, nem monitor, nem educador, nem enfermeiro, quem está falando. Isso é em algumas vezes o fator decisivo num plano psicoterapêutico, de uma importância infinitamente maior que todas as entrevistas que os doentes possam ter num consultório medico. O que segundo Oury, é difícil admitir.

Para fazer este trabalho, é necessário estar tomado pelo que se faz, numa dimensão que Lacan denomina de “transferência de trabalho”, ou seja, estar consciente que há sempre um trabalho que se pode fazer. Cabe destacar ainda, que as pessoas de um grupo e de outro não são fixas, podendo variar a cada momento.

A criação deste “espaço de dizer”, evita o aparecimento de uma doença, “crônica e freqüente” nas instituições psiquiátricas, que é o “fechamento” ou, como dissemos acima, o enclausuramento. Oury define bastante bem o que é este fechamento:

Criamos pouco a pouco nosso próprio território, isto em função de uma boa consciência profissional, e da mesma forma que os animais, partimos em defesa de nosso território. Isto leva a um fechamento múltiplo da instituição em pequenos territórios, com seus chefes e sistemas de defesa, dimensão de dominância imaginária, recomendada pelas leis do Estado. Assim, o estabelecimento se transforma num agregado de pequenos reinos que produzem estes fenômenos institucionais do tipo paranóico.

(...)

Nesses meios onde existe “mal entendido”, passa-se rapidamente à culpa para as costas dos outros. É o que é chamado de “paranóias institucionais”. Nós somos todos vulneráveis. E dificilmente estamos vacinados contra essa doença profissional.

(...)

Se você analisasse realmente as suas relações com o que você faz, quer dizer em articulação com o seu próprio desejo, você não importunaria os seus colegas dizendo que a culpa é deles”. É nessa dimensão que pode inscrever-se alguma coisa desse conceito difícilíssimo que é a decisão... (Oury, 1986. p. 28)

Cavalcanti (1992) completa: “Quando isto ocorre, qualquer possibilidade de dimensão terapêutica cai por terra” (p. 210). Outra “doença” ou resistência comum é o colamento entre o estatuto, papel e função. Oury discrimina este colamento definindo: Estatuto seria aquilo pelo qual o indivíduo é empregado; psicólogo, enfermeiro, servente, etc. Função é o que se desempenha; tratar dos doentes, cuidar do jardim, comprar comida. Papel o que se representa num determinado momento; ligação entre segmentos da instituição, agenciador de atividades ou oficinas, etc. para ter valor terapêutico, é preciso o que Oury chama de “ginástica” permanente entre estas três instâncias. Permitindo maior agilidade de circulação dentro da instituição. Mesmo parecendo banal, no cotidiano ainda temos que ser lembrados desta consideração clínica. Especialmente em razão da hierarquização que a ausência desta ginástica promove. Oury usa uma imagem próxima ao surreal para caracterizar este apego à nossas “pequenas propriedades

profissionais:

Constata-se cotidianamente, a que ponto o “eu” ocidental está ligado à pequena propriedade. Por exemplo, eu creio que é próximo de Bordeaux, na Gironde, havia uma pobre mulher com seu menino, que construiu uma pequena casa de madeira. Ela havia contratado um arquiteto que talvez tenha se confundido: a casa dela ultrapassava dois metros de uma linha virtual, que era o limite da propriedade do vizinho.

Uma coisa terrível! Então, um domingo de manhã, ela foi acordada por uns caras que vieram com as serras elétricas; bem na linha virtual, eles cortaram a casa em dois, tão bem que o quarto do menino estava na casa do vizinho. Lógico, é um extremo; mas nem tanto. Está-se freqüentemente reduzido, de uma forma talvez mais sutil, a compor com esta “impregnation” (assimilação) que nos marca profundamente: a demarcação da nossa “pequena propriedade”. O que esta em questão no processo de formação, de formação do psiquiatra, do psicólogo, do enfermeiro, etc... Tem alguma coisa a ver com essa pequena propriedade. (Oury, 1986 p. 219).

3.7

O desejo do terapeuta

Assim, o estabelecimento se transforma num agregado de pequenos reinos que produzem estes fenômenos institucionais do tipo paranóico... Isso vai de encontro à problemática da transferência. A transferência é “o desejo do analista (Oury, 1986. p. 220).

Oury se apóia mais uma vez em Lacan para, assim como ele destacava o desejo do analista, enfatizar o desejo do terapeuta. Por isso, o mais importante para os trabalhadores do campo psiquiátrico é um questionamento permanente a respeito de seu próprio desejo, e a pergunta: - “O que eu estou fazendo aqui?” - deveria ser cotidianamente repetida. Moura (2003), nos chama atenção para o fato de que a existência de estruturas hierárquicas é quase inevitável, embora não natural. Uma vez que estas diferenciações estabelecem os âmbitos de ação de cada um, o seu status e a sua importância no todo da organização. Este autor insiste em que não se deve defender um “igualitarismo ou uma espécie de democratismo ingênuo”, mas, ao contrário, deveríamos buscar por um alargamento em nosso coeficiente de transversalidade (termo que toma emprestado de Guattari). Pois sem ele, criamos uma espécie de “sobre-pele” na qual um médico só poderá ser médico, um enfermeiro, enfermeiro, e, principalmente, um paciente, paciente. Acarretando um profundo empobrecimento de seus universos de existência, como também da própria instituição. Quando estas identidades se cristalizam, só podem

sobreviver relações paranóicas, sustentadas por um jogo de territórios e de saberes sempre ameaçados de destruição. Buscando a todo custo por ordem em tudo e todos que em algum momento transbordam as regras do jogo e se abrem para multiplicidade ou mutações. Oury diria:

É mais um jeito de ser, de apreender o problema dos encontros, do acaso. Existe efetivamente um problema de decisão, sobre o plano ético. Mas ao mesmo tempo um problema de “justificação”: do que fazemos aqui. O que fazemos aqui? Essa justificação não é uma racionalização. É uma justificação desta dimensão ética. É o que chamamos (é uma palavra fundamental) em alemão “Sollen”. Walter Benjamin fala do “Sollen”. E esta no coração (no centro) mesmo do que fazemos. Porque fazemos isso? Mas não é um “dever moral”, é um “dever ético”. Encontramos aqui uma definição de Lacan no seu seminário sobre ética (em psicanálise) quando ele diz que a ética é uma espécie de relação, uma medida justa, de articulação entre seu próprio desejo e sua ação. Vemos que isso cria problemas sérios, quando há falsificação, se não é realmente bem articulado, entre o desejo do médico ou do enfermeiro com aquilo que ele faz. (Oury 1986. p. 27)

Esta pergunta, “o que estou fazendo aqui?”, tão importante, nos coloca diante da dimensão sem a qual não é possível qualquer trabalho: ética, entendida como articulação entre o desejo e a ação. Para tratar psicóticos, diz Oury, é preciso que nos encontremos na mesma paisagem, permanecer no mesmo campo, de tal maneira que não o influenciem, mas possamos respondê-lo de onde se encontra. Essa é nossa responsabilidade ética, diz Cavalcanti (1992), responder ao outro em sua singularidade. Mas isso não se faz sem interrogarmos constantemente nosso desejo, nosso interesse em tratar, em estar em um espaço institucional tão duro e árido quanto a instituição psiquiátrica. Isto ultrapassa interesses econômicos e só “funciona” se for interesse do desejo. E é assim, talvez só assim, com a presença de pessoas para quem “isto importa”, e o que constitui estas pessoas é este desejo em sua dimensão ética, que podemos falar em Coletivo. De outro modo, o que se passa nos grupos ou sistemas tradicionais é o esmagamento maciço do Semblante; o que há torna-se repetitivo, monótono, estereotipado, e ao nos darmos conta, se isso ocorrer um dia, já estamos mortos. Escapar desta dimensão transferencial morta, exige uma espécie de análise da contratransferência institucional, e é por isso que é necessário que haja espaços onde se possa falar do trabalho, a partir do que se privilegia a idéia de reunião. Entendida, sua importância, como instrumento para interpretar, no plano coletivo, o que se passa na instituição, seu semblante e percurso. Outro instrumento para

evitar esta morte é não fugir do conflito, sinal de vida institucional. Oportunidade para ser aproveitada e gerar movimento, trocas, engajamentos. Cavalcanti (1992) chega a dizer que: “... não basta termos uma série de atividades funcionando muito bem, é preciso mais do que isso, é preciso “alma” (p. 230), mas isso não vem sem conflito.

3.8

Conflitos

Situar conflitos como condições de possibilidade para vida. Tomá-los por instrumentos de trabalho. Não evitá-los a qualquer custo. Estas não parecem considerações óbvias tanto para nossa cultura; adaptada ao silêncio-negligência de qualquer “perturbação”, psíquica ou social. Quanto para o trabalho com a psicose, que refletindo o espírito de nossa época, também incorre em silêncio. Mas não o silêncio-convite ao sujeito para aparecer, como o silêncio do analista. Trata-se aqui, acompanhando as indicações de Oury, se combater o silêncio sem afeto que resta do trabalho consumido pela rotina com pacientes psiquiátricos. O que fatalmente afasta as pessoas que trabalham de entrar em contato com seus preconceitos, temores, e principalmente possibilidades criativas de trocas de afeto.

Diz-se: é preciso deixá-los circular e percebe-se logo em seguida que existem resistências. Se cedermos, o cozinheiro vai se trancar na sua cozinha. Isso faria uma bola de neve e voltaríamos rápido ao sistema carcerário e os doentes teriam que voltar a ficarem trancados nos quartos. Não haveria mais a necessidade de se falar em metro quadrado social e no final das contas seria uma regressão. (...) Para o cozinheiro ou para as pessoas que toleram mal a intrusão dos pacientes nos seus respectivos territórios. Criamos o que parece essencial para dar um pouco de vida dentro da coletividade, um tipo de bar, de balcão onde se vende, sob a responsabilidade de um pequeno grupo de doentes, bebidas, balas, biscoitos e cigarro. Sabíamos que o cozinheiro ia ao bar do vilarejo jogar bilhar e comprar cigarro. Nós nos dissemos que seria bom se ele fosse comprar o cigarro dele no bar no hospital, isso iria obrigá-lo a conhecer os doentes e não sentir mais medo deles. Ele acabou se sentindo obrigado a ir e então os doentes o convidaram para as noites, as sessões de teatro de dança etc. O envolvimento, o desaparecimento do medo, esse preconceito que é compartilhado entre pessoas limitadas, a fim de entrar em contato com os doentes e aceitar o princípio de base: liberdade de circulação. Com o passar do tempo isso passou a funcionar super bem, mas vários cozinheiros foram embora.

(...)

O resultado é que as pessoas que trabalham ali, mas que não possuem um status oficial de monitor ou enfermeiro, involuntariamente ou não desenvolvem uma relação com os doentes, e a forma como eles vão reagir pode ter uma importância de ordem terapêutica. Essa constatação foi colocada em evidência

declarando que independentemente da função de qualquer pessoa que trabalhe em um centro de Psiquiatria ela estará sempre indexada a certo coeficiente terapêutico. Isso é só o exemplo do cozinheiro (Oury, La Borde).

Esta rica passagem de Oury abre caminho para entendermos que sem dialogarmos com algum nível de mal estar, perdemos nossa própria capacidade para tratar. O que está sendo chamado aí de coeficiente terapêutico não é outra coisa se não isso. Oury, como apontamos, denuncia que a organização psiquiátrica muitas vezes faz escapar todo mal estar, temendo que eventuais conflitos possam avançar a agressões e crises. Pois que Oury, guardadas as devidas proporções, aponta justamente o contrário, trazendo para cena eventuais conflitos, se pode experimentar uma integração, pertença ou participação muito mais terapêutica que apenas silêncio medicamentoso. Não podemos esquecer que falamos e descrevemos dispositivos, como o coletivo, pensados para a psicose, e que para bem operar, necessita de um tanto de loucura... o que naturalmente, se nos importarmos com o nosso trabalho, se estivermos eticamente envolvidos, trará conflitos. Tosquelles (1973), falando sobre este conflito vivo, chega a dizer que quando em uma oficina ou atividade institucional não há mais conflito, o que lá ocorre está morto. A questão colocada então, não é suprimi-lo do cotidiano, mas se perguntar o que fazer. Para isso entram em cena os espaços do dizer.

3.9

Espaços do dizer

Ainda há pouco falamos dos “espaços do dizer”, pelo que evitam, apontando para a dimensão ética que possibilita sustentá-lo no cotidiano institucional. Mas nos falta pontuar, mais detalhadamente, o que estes espaços possibilitam. Dissemos acima que os psicóticos apresentam um acidente no “mundo da linguagem”, e por isso, a “fabricação de seu dizer”, está alterada. Nestes espaços, criações do Coletivo, alguma coisa pode se produzir para um Encontro poder se dar. Encontro, como dissemos acima, é aquilo que transforma um sujeito. Talvez retomar uma metáfora usada por Oury para falar destes espaços possa nos ajudar. Alqueive é um termo da agricultura que diz respeito à terra lavrada que é deixada em repouso para adquirir força produtiva. Oury aponta que aparentemente nada está acontecendo com ela, mas sem este período de aparente

inatividade, não haveria o que se produzir depois. Este “alqueive” ou “espaço de dizer”, é a possibilidade de recuperar, ainda que parcialmente, ou por alguns instantes, a possibilidade de reunir a dispersão, a fim de que aflore o dizer, o semblante de uma unidade (Oury, 1986). Esta metáfora não só do “espaço de dizer”, mas do trabalho institucional, nos mostra que às vezes é necessário deixar o paciente em repouso, mas mantendo e criando áreas em que alguma coisa possa se dar. Este exercício pode ser frustrante para quem trata, e só em nosso desejo/ética encontramos a energia necessária para manter as estruturas em funcionamento, mesmo sem poder prever ou saber em que momento o paciente vai se ligar a uma delas, ou se o fará um dia. Mas apenas mantê-las não basta, é necessário estarmos vigilantes, para que no momento em que esta “ligação”, por vezes sutil, acontecer, não a deixemos passar, distraídos. Cavalcanti (1992) exemplifica estes momentos mostrando que por vezes é um paciente geralmente alheio sorrir, ou um outro, errante, sentar-se à mesa para almoçar. O risco, nestes casos, é não haver ninguém para recolher o sorriso, ou haver um lugar à mesa no qual ele possa se sentar.

Retornando ao Coletivo; “máquina abstrata” que permite, através de sua função diacrítica, organizar “espaços do dizer”, que devem ser os mais variados possíveis, permitindo que a dissociação destes pacientes, que também se manifesta por uma transferência fragmentada, dissociada, possa ser tocada por um Encontro, e com isso a emergência, em algum lugar, de algum nível de singularidade, de distinção. Se concordarmos que na psicose há essa estase, isto é, não há passagem de um ponto ao outro, e sem isso não há sentido que possa ser elaborado ou compartilhado, é imperativo que haja diferentes lugares, e que estes possuam diversas tonalidades, gostos, sons, e “paixões”. Pois, se dispomos apenas de um som, ou uma cor, não podemos fazer contraste, que sem dúvida, é o que dá beleza, sentido, e vida as “coisas do mundo”. Além de refletirem o toque pessoal, a interpretação de quem a criou ou se apropriou. Nos aproximamos assim, do que Oury chamou de “colorido pático”, à atmosfera do ambiente, o que sentimos imediatamente, o semblante. Vamos admitir por um momento, que o que ocorre na vida cotidiana, seja no hospital ou na comunidade, é capaz de produzir mudança na existência.

Com isso, admitimos que o ambiente (e a possibilidade de transformá-lo), é fundamental.

Não podemos nos esquecer da dimensão patoplástica presente, que por hora traduziremos como: se o ambiente vai mal, tudo vai mal. Um dos efeitos da patoplastia é justamente uma certa indistintividade que, dependendo da ambiência, se faz presente entre as pessoas e suas relações, como também entre os lugares, grupos e instituições.

É nesse sentido que Oury atribui extrema importância ao trabalho que deve ser feito para modificar o ambiente, pois acredita que tudo o que se passa na vida cotidiana da instituição é uma rede de atos mínimos que pode desencadear efeitos na existência de cada um.

De um modo mais preciso, me parece que poderíamos dizer agora que isso que denominamos ambiente pode desencadear, seja de um modo reacional ou, ainda, numa dimensão patoplástica, sintomas de furor, de depressão, de desencorajamento, de absenteísmo, tanto com relação ao pessoal quanto aos doentes. (..) Pode-se dizer que se trata de qualquer coisa que se passa na modalidade do "semblante". (Oury, 1986, p.181)

Agir sobre este semblante é fundamental numa organização onde há psicóticos, pois neste nível podemos sentir, ou não, alguma coisa se passar, podemos perceber se algo está vivo, ou morto. Se deixamos tudo isso como está, permitindo que as coisas sigam seu curso natural, sem intervir, sem colocar questões, agindo como um “pouco importa”, a tendência é se chegar à Necrópole, sistema inerte, homogeneizado, hierarquizado: “A corrente natural de todo sistema institucional é de chegar à Necrópole. Essa é a entropia máxima” (Oury, 1980, p. 39), Cavalcanti (1992, p. 354) chega a dizer que este semblante⁴⁴: “sempre traz consigo algo da ordem do sujeito do inconsciente”.

Seria necessário igualmente, definir o que esta em questão dentro desse “o que se passa”. O que se passa na sombra mesmo das coisas, nos encontros, na vida de todo dia...O que é que se passa do ponto de vista da simples relação, daquilo que vamos sonhar quando estivermos sozinhos, ou com os outros? É de ordem simbólica? É de ordem imaginária? É Real? É tudo isso de uma vez.

⁴⁴ Posicionando melhor o que significa semblante, conceito que Oury trabalha a partir de Lacan, Nasio propõe: O semblante praticado pelo psicanalista é o contrário do artifício; trata-se, antes, de um estado, uma disposição interna diante de si mesmo, e não de uma atitude afetada perante os outros. O semblante equivale a fazer uma tabula rasa de qualquer idéia, sentimento, ou, ainda de qualquer paixão, até se tornar uma superfície virgem de inscrições. Não é fácil nos persuadirmos profundamente, diante de nós mesmos, de que não sabemos nada. Não é fácil sermos o vazio em si, e, no entanto, esse é o único meio de assumirmos adequadamente nosso papel de analistas (Nasio, 1993a, p. 89-90).

E o que é eficaz, é a combinação de diferentes significados? Concretamente, existencialmente, o que vai desencadear tal ou tal comportamento em vez de um outro? É um efeito *fascinateur*? (*fascinatório / fascinador*) Mas mesmo no efeito fascinador, o que é que faz com que isso funcione ou não? Existe aí, uma categoria que deveria ser administrada, a categoria da aparência, semblante, no sentido de Lacan.

Quem vai administrar a aparência no hospital? É uma questão capital. Porque, por exemplo, tal esquizofrênico ou tal neurótico é quase sempre extremamente sensível a qualquer coisa que não é nem Simbólico, nem Imaginário, nem Real, mas a qualquer coisa que provoque um comportamento, uma idéia, uma decisão pessoal... Trata-se, obviamente, do ambiente: O ambiente de um grupo ou de uma reunião ou de um atelier. É dar valor ao papel preponderante de um certo modo primordial do “sentir”: *le pathique*. Uma certa cor, uma certa atmosfera, uma certa dimensão mais ou menos “vital”. É uma das manifestações de qualquer coisa de essencial: a aparência (Oury, La Borde).

3.10

A aparência e o coletivo

E eu recordo-lhes, mais uma vez, que o passo fundamental de Freud – e repetido, de uma forma rigorosa por Lacan – é a distinção entre o sujeito do inconsciente, do fato da promoção do conceito do inconsciente, e as instâncias imaginárias do Eu; a distinção entre o sujeito do inconsciente e o Eu. Infelizmente, fica-se frequentemente, na organização dos grupos, em uma espécie de gestão intermoïque (*moi = Eu termo lacaniano*), uma gestão de funções imaginárias. Enquanto que se agente questiona alguma coisa da ordem do sujeito do inconsciente, quer dizer daquilo que não é ‘manifesto’ no imaginário é bem necessário que se possa ter uma certa influência em um agenciamento coletivo.

Uma das funções do Coletivo, a função diacrítica, leva em conta a subjacência e não pode se articular, nos tratamentos terapêuticos, que se levando em conta a aparência. Eu penso que é a partir daí que seria necessário tentar discutir. Eu gostaria muito que alguém pudesse dar sua opinião sobre essa alegação: que uma das funções essenciais do Coletivo é levar em conta a aparência. (Oury 1986, p 162 e 163)

Se o ambiente é/ está sendo percebido pelo sujeito como agressivo, tenso, este tenderá a se defender do jeito que pode, com os recursos que possui. Se o ambiente é/ está sendo percebido como acolhedor, poderá canalizar a energia que seria gasta na elaboração de uma “estratégia de sobrevivência”, em outra coisa, o que lhe for mais apazível para conviver.

Conviver, e isso é fundamental lembrar, não é uma exclusividade dos pacientes, também afeta a equipe disposta a este trabalho. E neste sentido, neste colorido pático⁴⁵, Oury é preciso. É preciso também ao anunciar uma das

⁴⁵ Por pático ou função pática, Oury entende a capacidade de contato, essencial para evitar que o psicótico se perca num de seus desvios (Campos Silva 2001, p. 113).

possibilidades do trabalho com psicóticos:

Pode-se dizer que o que todo mundo tenta dizer – tanto com os psicóticos que com outros, por exemplo, no nível escolar, e mesmo em uma escola maternal, com toda a mistura que possa ter – é de demarcar os espaços, para que haja possibilidades de espaços de jogo (no sentido de Winnicott) e daquilo que se pode chamar de “palco” (como “o auto palco” de Freud). O que eu retomo frequentemente sob a forma ilustrada de construção de “praticables” (“transitáveis”), no sentido teatral do termo. Lá onde possa se manifestar qualquer coisa, onde isso possa aparecer. Lacan havia definido l’acting out – em oposição à passagem ao ato – como sendo, do fato mesmo que exista uma situação transferencial, alguma coisa que vai poder se manifestar, se mostrar sob a forma de um chamado à interpretação, um roteiro que só se interpreta sobre um “palco”.

Enquanto que a passagem ao ato, é fora do palco. Nosso trabalho é tentar fazer com que haja o máximo de possibilidades de acting-out. Não é necessariamente negativo, um acting-out, do fato mesmo que é alguma coisa representável; é mesmo a única oportunidade que se há, algumas vezes, de articular alguma coisa, é uma espécie de janela aberta nas estruturas inconscientes, sobretudo porque o acting-out está construído, feito, com os mesmos elementos que um fantasma; exceto que ele se mostra, que ele chama. Lacan deu em seguida outra fórmula. “O acting-out, diz ele, é quando a aparência sobe no palco”. E ele acrescenta: “É isso o acting-out, e é isso a paixão”. É interessante. No texto de 1957 que eu citei ainda a pouco, para Zürich, eu tentava dizer que todo esse trabalho não pode se realizar sem que haja um certo número de pessoas que são pegadas por uma paixão. Pode-se dizer que isso entra na dimensão! “transferência-trabalho”. Em outros termos, em todo esse negócio, tem sempre um trabalho que pode se fazer – e que é da mesma ordem, se há um coletivo, que o trabalho (Durcharbeitung) inconsciente. Tipo de perlaboration (perlaboração), mas em um plano coletivo. Às vezes acontece que pessoas vêm trabalhar em certos locais sentem no final de um certo tempo, que algo mudou nelas mesmas. É o equivalente de um processo analítico? Não se sabe muito, mas isso fez com que alguma coisa se movesse. Mas o que é que move? Está bem relacionado com todas as dimensões: da transferência, do acting-out, da aparência (Oury, 1986. p.190).

Mas voltemos a nos perguntar: É possível agir neste semblante?

Voltamos aos “espaços do dizer”: a emergência de alguma coisa que faz com que lá, o sujeito que não estava em parte alguma, encontre um lugar. Este movimento só pode se realizar se na instituição estiverem presentes pessoas para as quais “isto importe”. E é exatamente porque existem pessoas assim na instituição, que o ambiente será trabalhado, e não será mais o mesmo, havendo o que Cavalcanti (1992) chamou de “auto-mudança” ou “auto-produção”, cuja importância é colocar em circulação uma subjetividade que sofre. Novamente Oury nos brinda com uma bela referência: “Se um esquizofrênico descarrilou no simbólico (mundo da linguagem), nosso trabalho é tentar recolocá-lo sobre os trilhos, a fim de que ele possa de novo circular um pouco” (Oury, 1986, p. 198).

Depois de apresentar os conceitos que vimos até agora, Oury, pensando sobre tratamento, se pergunta: “O estabelecimento como ele é, é suficiente? Institucionalizar, fazer grupos, clubes, ateliês, mesmo que haja uma liberdade de circulação, isto é suficiente? Multiplicar os tratamentos, que cada paciente seja seguido singularmente, isto é suficiente?” (Oury, 1986, p. 178). Não, diz ele, e por isso criou o conceito de Coletivo.

Nesse sentido, eu digo que um estabelecimento clássico, tradicional, com todos os seus fechamentos, hierarquias, problemas de sindicatos, mudanças permanentes de internos e residentes, não tem Coletivo. Tudo fica sob a pressão da alienação social. Então é preciso alguma coisa que não seja nem uma instituição, nem um estabelecimento, nem um grupo, nem etc... é o que eu chamei de uma máquina abstrata, da qual, uma das funções essenciais é a função diacrítica” (Oury, 1986, p. 178).

Função diacrítica que como pudemos ver, busca constituir, por meio da análise dos acontecimentos, um escudo simbólico, permitindo ao psicótico algum porto seguro, alguma organização, mesmo que frágil. O efeito terapêutico mais importante desta função seria o que Oury chamou de “fenômenos de passagem”, passagem de um lugar a outro, de uma cena a outra. É essa passagem que dá o sentido, e o que o psicótico perdeu foi justamente esta capacidade de fazer sentido. O Coletivo é a tentativa de se organizar um campo onde singularidades estejam presentes, e, repetindo mais uma vez, não se passa de um lugar para o mesmo lugar, devendo existir heterogeneidade entre os ambientes institucionais, uma diferenciação pática dos “espaços do dizer”.

Importa mencionar que para se manter a qualidade do ambiente, também existem as influências do contexto socioeconômico e as pressões alienantes como as que podem vir, por exemplo, do Estado, nos casos em que a instituição está atrelada a ele, na medida em que, muitas vezes, mesmo havendo pessoas que estejam extremamente interessadas pelo trabalho, essas pressões (que entre nós brasileiros muitas vezes são chamadas de falta de recursos) acabam por minar ou por impedir completamente que esse desejo seja mantido.

E é nesse sentido que Oury confere extrema importância à forma de administração e à organização do trabalho no estabelecimento psiquiátrico e à autogestão, propondo uma ruptura com o sistema hierarquizado tradicional, de forma que o estabelecimento não seja um instrumento do Estado. Experiência distante da realidade brasileira.

Retomando, outra marca importante de uma função terapêutica é a presença do humor, variável segundo o estilo do encontro. A necessidade do humor, segundo Oury, decorre da dificuldade do esquizofrênico “estar com”, sua difícil relação entre o próximo e o distante, sua oposição eu/ mundo. Poder rir de alguma coisa no passado ao invés de nos paralisarmos, é, segundo Oury, um importante indicador terapêutico, isto é, provocador de mudanças. Quando um esquizofrênico chega a rir de seus perseguidores, aponta Cavalcanti (1992), então podemos estar certos de que alguma transformação ocorreu.

Finalizando, o que Oury chama de Coletivo é, mesmo que isso pareça paradoxal, alguma coisa produzida pela vida coletiva, pelos espaços de convívio. Que, apesar de ser possível sentir por efeitos como: o respeito ao outro numa dimensão ética, a possibilidade de estabelecimento de um bom contato com os pacientes que não os deixe cair no vazio e que permita que a pessoa em sofrimento perceba que conta para os outros, a heterogeneidade, a liberdade de circulação e a transferência, a possibilidade de emergência do dizer (Campos Silva 2001, p. 105), é invisível, inconsciente, um “tremor”. Ou, para nos valermos de uma analogia de Oury, um certo efeito nos arredores.

Podemos variar os arredores, e isso modifica alguma coisa. Isso não modifica profundamente seu estado de exuberância. Mas isso modifica alguma coisa e ela se recorda disso, ela memoriza tudo. Isso modifica a forma como se deve acolher, etc (Oury 1986. pág 23).

Mas é nesta dimensão, e nesta apenas, que falar em tratamento para pacientes psicóticos crônicos/ graves, parece fazer sentido. Por que nos dedicar a tarefa de criar e recriar lugares e espaços sempre a um passo da destruição? Oferecemos aqui algumas considerações teóricas a respeito, mas a resposta última, a que guiará as ações, parte do desejo/ ética de cada um. Sem este desejo, sem esta ética, não importa muito se o sujeito está “dentro” ou “fora”, se na comunidade ou em uma instituição fechada. Não há tratamento possível para

psicose, ou qualquer outra forma de alienação. Se assim o for, o que podemos perceber de fundamental é que cada um tem a parte que lhe cabe neste compromisso ético de se perguntar: Mas afinal, o que estamos fazendo aqui?